

O FUNCIONAMENTO ARGUMENTATIVO DO PONTO DE VISTA EM REDAÇÕES NOTA MIL DO ENEM

THE ARGUMENTATIVE FUNCTIONING OF THE POINT OF VIEW IN ENEM'S PERFECT-SCORE ESSAYS

Francisco Mailson de Lima Cavalcante (UFERSA)¹

Ananias Agostinho da Silva (UFERSA)²

Resumo: Este artigo objetiva investigar o funcionamento argumentativo do ponto de vista em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021. A perspectiva que adotamos permite a compreensão de que sempre há pontos de vista em qualquer texto, de maneira que todo texto revela um ponto de vista central e uma variedade de outros pontos de vista que são gerenciados pelo locutor/enunciador principal para a produção de sentidos (Rabatel, 2016). Tendo isso em vista, analisamos como o agenciamento de pontos de vista exerce funções na construção da argumentação em textos do Enem avaliados com nota máxima. Para isso, amparamo-nos, sobretudo, na abordagem enunciativa e interacionista da narrativa de Rabatel (2016; 2021), em pressupostos da Análise do Discurso de Ruth Amossy (2008; 2011; 2020) e na Linguística Textual brasileira (Cavalcante *et al.*, 2022; Custódio-Filho; Cavalcante, 2023; Cavalcante, 2024; e Silva; Brito, 2024). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental, de método descritivo-interpretativista e de natureza aplicada. Os resultados apontam que o gerenciamento de pontos de vista é fundamental para o desenvolvimento de uma argumentação bem consolidada, funcionando como aporte para a construção de argumentos racionais, consistentes, persuasivos e bem fundamentados, contribuindo diretamente com a validação da posição adotada pelo locutor/enunciador primeiro.

Palavras-chave: ponto de vista; funcionamento argumentativo; redações nota mil do Enem.

Abstract: This article aims to investigate the argumentative functioning of points of view in essays that received a perfect score on the 2021 edition of Brazil's National High School Exam (Enem). The perspective we adopt allows us to understand that every text inherently contains points of view, with each text revealing a central point of view alongside a variety of others that are managed by the main speaker/enunciator to produce meaning (Rabatel, 2016). With this in mind, we analyze how the management of points of view functions in constructing arguments within Enem essays that achieved maximum scores. To this end, we primarily draw on Rabatel's enunciative and interactionist narrative approach (2016; 2021), the discourse analysis framework of Ruth Amossy (2008; 2011; 2020), and Brazilian Text Linguistics (Cavalcante *et al.*, 2022; Custódio-Filho; Cavalcante, 2023; Cavalcante, 2024; and Silva; Brito, 2024). Methodologically, this is a qualitative, documentary research study with a descriptive-interpretative method and an applied nature. The results indicate that the management of points of view is essential for developing well-founded argumentation, serving as a foundation for constructing rational, consistent, persuasive, and well-supported arguments. This contributes directly to validating the position adopted by the primary speaker/enunciator.

¹ Doutorando em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). <https://orcid.org/0000-0003-2131-7958>. E-mail: mailsoncavalcante56@gmail.com.

² Doutor em Estudos da Linguagem. Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Linguísticos do Texto (GPELT). <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>. E-mail: ananias.silva@ufersa.edu.br.

Keywords: viewpoint; argumentative functioning; perfect-score Enem essays.

Introdução

A noção de ponto de vista tem recebido tratamento investigativo de diversas áreas do conhecimento, com destaque para a narratologia, as teorias da enunciação e da análise do discurso. Em cada uma delas, a noção se complexifica de diferentes maneiras, recobrando maior ou menor abrangência. Para Alain Rabatel (2016; 2021), o ponto de vista (PDV) é um fenômeno que não se limita a um simples posicionamento ou opinião do sujeito, mas envolve uma complexa rede de escolhas discursivas que refletem a visão de mundo, os valores (Silva; Brito, 2022) e as intenções comunicativas de um determinado enunciador em um dado contexto. Nesse sentido, o PDV é fundamental para a construção dos sentidos de um texto, porque implica na maneira como as informações são nele estruturadas e em como os argumentos são formulados para influenciar a percepção do outro para qual o texto se direciona. É esse, em síntese, o principal pressuposto defendido por aquele autor e que assumimos no presente trabalho.

Ainda que a abordagem de Rabatel (2016; 2021) seja focalmente direcionada a textos narrativos, nos quais o caráter argumentativo decorrente do jogo de pontos de vista acontece, geralmente, de maneira indireta, ao aplicar essa noção a textos de visada argumentativa (Oliveira; Cavalcante, 2024), conseguimos também perceber que o movimento reflete as intenções persuasivas de forma explícita no texto. De fato, em todo texto, a assunção ou atribuição de pontos de vista parece sempre implicar certo efeito persuasivo, que, dependendo do propósito comunicativo, do gênero do discurso, dos arranjos configuracionais do texto, do contexto, pode ser percebido de modo mais explícito ou implícito.

Nesse ponto, é conveniente estabelecer um diálogo entre a proposta de Rabatel (2016; 2021) e a perspectiva de Ruth Amossy (2008; 2011; 2020), que, no quadro de uma Análise do Discurso, propõe um alargamento da concepção de argumentação apresentada pela Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014) – que compreendia a argumentação como a tentativa de conquistar a adesão de um auditório para uma tese que lhe é apresentada ao assentimento – e passa a entendê-la como uma prática social dinâmica, que se realiza de diferentes maneiras nos discursos (e nos textos, acrescentamos), tendo, por isso, um caráter modular. Nesse ponto, a autora se refere a diferentes modalidades argumentativas, ou seja, a distintos tipos de trocas argumentativas por meio das quais os sujeitos logram os seus projetos comunicativos. Essa concepção alargada de argumentação suporta a suposição de que em todo texto são inscritos pontos de vista, de maneira mais ou menos explícita, a serem negociados com os interlocutores.

Feitas essas considerações, é filiando-se ao aporte teórico de uma abordagem pragmática e enunciativa do ponto de vista (Rabatel, 2016; 2021) e de uma concepção modular de argumentação (Amossy, 2008; 2011; 2020), em um movimento de interdisciplinaridade focada (Charaudeau, 2013), que, no quadro da Linguística Textual brasileira (Cavalcante *et al.*, 2022; Custódio-Filho; Cavalcante, 2023; Cavalcante, 2024; e Silva; Brito, 2024), objetivamos, neste artigo, investigar o funcionamento argumentativo do ponto de vista em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021³. Para isso, na sequência, apresentamos a abordagem rabateliana, discutimos sobre a noção de ponto de vista e a sua relação com a construção da

³ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado de Cavalcante (2024), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino (Posensino), da associação ampla entre a UFERSA, a UERN e o IFRN. O estudo mais amplo investigou o funcionamento textual do ponto de vista e a necessária inscrição de uma voz autoral em redações nota mil do Exame Nacional do Ensino Médio – edição 2021.

argumentação nos textos, para, com base em um quadro metodológico adotado, realizar a análise de dois exemplares do gênero redação nota mil do Enem, que compõem o *corpus* do trabalho.

2 A abordagem pragmática e enunciativa de Alain Rabatel

Afastando-se da narratologia de base estruturalista para seguir os postulados de uma teoria dialógica e polifônica (Bakhtin, 2003; Ducrot, 1987), Rabatel implementa uma abordagem pragmática e interacionista da narrativa, em que “desenvolve seu pensamento, a partir de minuciosas análises textuais e discursivas, avançando a teoria, articulando narratologia, linguística e interpretação, em ruptura com os estudos estruturalistas” (Rodrigues; Passeggi; Silva-Neto, 2016, p. 11). Seu programa busca possibilitar a formação de leitores que busquem entender os mecanismos de interpretação que estão para além dos limites estruturais da frase (Rabatel, 2016), mas sem desprezar as “belezas gramaticais”. Ele é desenvolvido a partir da análise de gêneros do discurso presentes em diferentes esferas sociais, como a política, a midiática, a religiosa e a literária.

Essa abordagem reivindica a perspectiva do *Homo Narrans*, do “homem que narra”⁴, ou seja, o homem que tem o poder de se situar em relação aos outros e por intermédio de sua relação com os outros (Rabatel, 2016), e que, apesar de ser constituído por outras vozes com as quais dialoga de diferentes formas, tem o seu próprio ponto de vista sobre um determinado objeto, inscrevendo-o nos textos/discursos que produz. Com efeito, Rabatel (2016, p. 24) define o *Homo Narrans* como

Aquele que é capaz de se colocar no lugar do outro, até mesmo de vários outros, antiéticos ou complementares, capaz de entrar nos raciocínios uns dos outros, de fazê-los dialogar. *Homo narrans* é, finalmente, o homem com mil pontos de vista, que sabe empatizar seus personagens e simpatizar com eles, para o maior proveito de seu auditório (Rabatel, 2016, p. 24).

Assim como sua própria denominação subtema esta interpretação, o homem que narra é, literalmente, um sujeito que conta uma história para um determinado auditório, mas ele é, sobretudo, “um sujeito que estabelece relações com seus pares, com seu auditório, com os personagens, sendo capaz de encenar uma multiplicidade de pontos de vista (PDV) e fazê-los dialogar entre si” (Nascimento, 2021, p. 37). Com isso, o *Homo Narrans* é aquele que, nos textos que produz, consegue mobilizar vozes e pontos de vista diversos, com os quais dialoga e fá-los dialogar, construindo verdadeiros jogos polifônicos cruciais à negociação dos sentidos; mas, principalmente, é aquele que compreende a sua voz como atravessada por diversas outras, impregnada por elas, sendo impossível delas escapar, porque são constitutivas. O homem que narra não é mero indivíduo: é sujeito heterogêneo e polifônico. Nesse ponto, Rabatel (2016, p. 19) questiona “a unicidade e a homogeneidade do sujeito, ao levar em conta as vozes e os PDV que atravessam a fala do locutor”.

Essa abordagem permite uma análise textual que transcende os aspectos estruturais, propiciando que o leitor interprete, recupere sentidos e compreenda que existem pontos de vista em qualquer texto, afinal, todo texto revela não apenas um PDV assumido pelo locutor/enunciador principal, mas pontos de vista de figuras enunciativas diversas (Rabatel, 2016) que se embreiam no tecido textual. Tal compreensão reclama uma discussão mais consistente sobre a dinâmica

⁴ O conceito de *Homo Narrans*, segundo Rabatel (2016), ressalta que o ser humano organiza sua experiência e sua relação com o mundo por meio da narrativa. Todavia, para o autor, narrar não é apenas relatar fatos, no sentido estrito de construir textos narrativos, mas assumir um ponto de vista e construir sentidos sobre os acontecimentos e os sujeitos envolvidos. Importante destacar que, nessa perspectiva, a narrativa é entendida como uma totalidade discursiva que integra tanto segmentos narrativos quanto descritivos, articulando-os em função de um encadeamento temporal e de um projeto enunciativo.

enunciativa dos textos, que deve ser iniciada pelas definições de locutor e de enunciador, cruciais à perspectiva do autor.

Para compreendê-las, Rabatel (2016) parte dos trabalhos de Oswald Ducrot (1987), no âmbito da Linguística da Enunciação. Ao se opor à noção de unicidade do sujeito da enunciação, Ducrot (1987) introduz a concepção de polifonia nos estudos linguísticos. Para ele, a enunciação é constitutiva dos sentidos dos enunciados (Gomes, 2016), isto é, o significado de um enunciado não é fixo ou dado apenas pela estrutura gramatical ou pelas palavras empregadas, mas é diretamente influenciado pelo ato de enunciar, ou seja, pelo contexto em que alguém comunica algo. Ducrot (1987) argumenta que a análise da enunciação deve considerar a presença de "personagens" que desempenham papéis distintos na produção e interpretação do enunciado. Ele propõe, então, a distinção entre dois tipos principais envolvidos: **locutor** e **enunciador**. Além disso, Ducrot (1987) também apresenta uma definição de sujeito empírico.

O locutor é a pessoa a quem se atribui a responsabilidade da enunciação e que marca, no enunciado, o *eu*, o *aquí* e o *agora*, isto é, a pessoa, o espaço e o tempo (Ducrot, 1988). O locutor não é, necessariamente, aquele que produziu o enunciado – esse é o sujeito empírico: o sujeito do mundo e autor efetivo. O sujeito empírico é o indivíduo biológico, que enuncia física e acusticamente um dado enunciado, figura essa que não é objeto de interesse de Ducrot (1987; 1988), de Rabatel (2016) e, tampouco, nosso, uma vez que “el lingüista y en particular el lingüista semanticista debe preocuparse por el sentido del enunciado”⁵ (Ducrot, 1988, p. 17). O enunciador, por sua vez, caracteriza-se pelas “órigenes de los diferentes puntos de vista que se presentan en el enunciado. No son personas sino ‘puntos de perspectiva abstratos’”⁶ (Ducrot, 1988, p. 19-20). Portanto, o enunciador é o responsável pela presença do ponto de vista, que é sempre acarretado de um teor argumentativo para a produção de sentidos no enunciado.

Em interface com Ducrot (1988), Rabatel (2016) também concebe locutor e enunciador como dois conceitos distintos, embora complementares. O autor enfatiza que o locutor “é a instância que profere um enunciado (nas dimensões fonéticas e fáticas ou escriturais), conforme um posicionamento dêitico ou um posicionamento independente de *ego*, *hic* et *nunc*” (p. 82). Assim, o locutor é aquele que tem a fala em dado momento, demarcando uma tomada de posição em um contexto específico. Tal posicionamento pode ser dêitico ou um posicionamento independente de *ego*, *hic* et *nunc*, ou seja, desvinculado do ponto de vista pessoal e imediato do locutor. Entretanto, nesse caso, o emprego dessas categorias funciona como um indicador para situar quem diz, para quem diz, sobre o que diz e a posição assumida ao dizer (Cavalcante *et al.*, 2022).

Todavia, “o locutor, por si, não responde pelo ‘surgimento’ de um PDV. Se assim o fosse, seria forçoso considerar que todos os PDV de um texto derivam das percepções, dos valores do locutor principal” (Custódio Filho; Cavalcante, 2023, p. 389). Assim sendo, é o enunciador que responde pelo PDV: aquele que está na fonte do enunciado, a voz responsável pelo PDV de origem expressado pelo locutor propriamente dito. Para Rabatel (2016), essa instância pode ser interna ao enunciado (os enunciadores segundos) ou externa (enunciadores que “são destituídos de autonomia, na medida em que são convocados no discurso do locutor citante apenas para remeter a uma posição”) (p. 87).

O locutor, embora mobilize outros enunciadores e seus PDV, também possui seu próprio PDV, porque, conseqüentemente, é também sempre um enunciador, pelo que se pode falar de um locutor/enunciador – sincretismo representado pelo símbolo “/”. Todo texto possui um locutor/enunciador principal (L1/E1)⁷, que “se define pelo fato de que é ele que corresponde ao

⁵ Tradução nossa: “o linguista, e em particular o linguista semanticista, deve se preocupar com o sentido do enunciado”.

⁶ Tradução nossa: “origens dos diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado. Não são pessoas, mas sim ‘pontos de perspectiva abstratos’”.

⁷ Utilizamos “locutor/enunciador primeiro” e “locutor/enunciador principal” como sinônimos, assim como faz Alain Rabatel em sua obra *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa* (2016).

PDV do locutor, enquanto tal, do locutor ser do mundo e, para além dele, ao sujeito falante”⁸ (Rabatel, 2016, p. 85) responsável pelo texto. Assim, L1/E1 é aquele que seleciona, administra, articula e coloca em ação os diversos enunciadores presentes em um determinado enunciado/texto/discurso. Ele corresponde diretamente ao enunciador primário, “aquele que assume a responsabilidade enunciativa dos PDV aos quais ele adere, aquele a quem se atribui um grande número de PDV, redutíveis a um PDV geral e a uma posição argumentativa global que, supõe-se, corresponde a sua posição sobre a questão” (p. 86). Em síntese, L1/E1 é a instância enunciativa responsável por gerenciar toda a condução argumentativa do texto (Rabatel, 2016). Os enunciadores mobilizados por L1/E1 em seu enunciado são chamados de enunciadores segundo (e2)⁹ (Rabatel, 2016). Além de outros enunciadores, os textos também podem apresentar outros locutores/enunciadores segundo (l2/e2), isto é, locutores secundários, aos quais tanto é atribuída a responsabilidade por um dizer, como também são a fonte de determinado PDV.

Em uma breve tentativa de aplicação desses conceitos, dizemos que, em um texto como a redação do Enem avaliada com nota mil, por exemplo, o sujeito empírico (autor da redação – alguém que já concluiu ou se encontra em fase de conclusão do Ensino Médio) produz um exemplar desse gênero (Cavalcante e Silva, 2023) sobre um tema estabelecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹⁰, instaurando assim uma voz que conduz os enunciados presentes no texto, isto é, um locutor/enunciador principal. Já os locutores e/ou enunciadores segundo – nesse último caso, instâncias que originam outros pontos de vista – que por ele são convocados no texto, correspondem a figuras (filósofos, sociólogos, personagens, pesquisadores etc.) responsáveis pelos PDV gerenciados pelo L1/E1.

A prova de redação da edição de 2022 do Enem teve como tema “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. O Quadro 01 apresenta a introdução de uma redação avaliada como nota mil e divulgada pelo Inep através da *Cartilha do participante da redação do Enem 2023* (Brasil, 2023) como modelo prototípico para outras produções textuais do gênero.

Quadro 1 – Exemplo 01¹¹

“O poema ‘Erro de Português’, do escritor modernista Oswald de Andrade, retrata o processo de aculturação dos indígenas durante a colonização do Brasil. Atualmente, no país, ainda existem inúmeros desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais devido, sobretudo, à ineficiência estatal histórica em assistir esses indivíduos e ao desconhecimento, por parte da população, sobre a diversidade e a importância desses grupos”.

Fonte: Brasil (2023).

No trecho apresentado, L1/E1 apropria-se da voz de Oswald de Andrade, no poema “Erro de Português”, para tratar sobre o processo de aculturação dos indígenas no período da colonização do Brasil, o que já aponta para a existência de um l2/e2. As comunidades e povos tradicionais brasileiros mencionados logo em seguida correspondem também a outro enunciador (e3), pois, apesar de não verbalizarem literalmente sobre o assunto, L1/E1 representa empaticamente o PDV dessas pessoas, o que sugere um PDV implícito. Ainda há, no fragmento acima, um e4: a população brasileira, que, segundo L1/E1, desconhece a diversidade e a importância daquelas comunidades.

⁸ O sujeito falante de Rabatel equivale ao sujeito empírico de Ducrot, apesar de Rabatel atribuir a ele um papel mais participativo no gerenciamento de PDV.

⁹ Os enunciadores segundos podem ser vários e, portanto, são identificados como e2, e3, e4 etc., conforme a linearidade de cada texto.

¹⁰ Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil. Sua principal função é planejar, coordenar e executar avaliações e pesquisas relacionadas à educação no país. Entre outras funções, o Inep é responsável por importantes exames educacionais, como o Enem, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade).

¹¹ Os nossos exemplos sempre se referem ao gênero que é o nosso objeto de estudo: a redação do Enem. Entretanto, a teoria pode ser aplicada em gêneros do discurso diversos, tenham eles sequência argumentativa dominante ou não.

Portanto, L1/E1 mobiliza, nesse excerto, os pontos de vista de Oswald de Andrade, das comunidades e povos tradicionais brasileiros e da população brasileira, reconhecidos aqui como enunciadores secundários. Igualmente, revela também o seu próprio ponto de vista: a valorização de comunidades e povos tradicionais brasileiros enfrenta desafios como a ineficiência estatal histórica na assistência a esses grupos e o desconhecimento da população sobre sua diversidade e importância, que corresponde à própria tese da redação, logo, o PDV central do texto e do L1/E1.

Por fim, vale ainda realçar o que Rabatel (2016) afirma sobre a imbricação locutor e enunciador: o locutor é sempre um enunciador, mas nem sempre o enunciador é um locutor. Isso se justifica devido ao fato de que, ao falar, o locutor gera e formula mentalmente o conteúdo da mensagem, mesmo que ele esteja embasado em outras vozes – enunciadores. Assim, é possível dizer que “o locutor não enuncia sozinho. Haverá sempre, no texto, de maneira velada ou explícita, outro(s) enunciador(es) com o/os qual/quais L1/E1 ‘dialoga’ para construir seu ponto de vista” (Cavalcante *et al.* 2022, p. 70). No próximo tópico, nos debruçamos exclusivamente acerca da definição do PDV e da sua relação com a argumentatividade dos textos.

3 Ponto de vista e argumentatividade

Ao construir uma teoria do ponto de vista, a primeira dificuldade enfrentada por Rabatel foi precisamente definir essa noção. O autor precisou desenhar uma definição suficientemente ampla para abarcar as dimensões antropológicas da noção, mas, ao mesmo tempo, relativamente precisa no quadro de uma teoria linguístico-enunciativa. Em termos gerais, conforme Rabatel (2016, p. 30), “o PDV define-se pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar, quer o sujeito seja singular ou coletivo”. Dito isso, o ponto de vista é um fenômeno enunciativo que, além de ser didatizado como um conceito linguístico é, sobretudo, uma postura cognitiva e psicossocial (Rabatel, 2016), acarretada de subjetividade e julgamento de valor. Essa postura pode ser resultado de uma concepção tida por um indivíduo (um professor, por exemplo) ou por um coletivo (um sindicato de professores).

Nesse ponto, “[...] apesar de Rabatel retomar a distinção preconizada por Ducrot (1987) para fundamentar sua noção de ponto de vista, ele operou certo distanciamento. O mais importante para a teoria de Rabatel foi o recorte polifônico operado por Ducrot, mas não sua noção de ponto de vista” (Cavalcante *et al.* 2022), porque Ducrot (1987) adota uma perspectiva de PDV que enfatiza a dimensão argumentativa e estrutural desse fenômeno no discurso, e Rabatel (2016; 2021) se concentra na construção e na negociação do PDV dentro de contextos específicos de interação comunicativa, especialmente em narrativas (mas não apenas), ampliando, assim, essa perspectiva, ao considerar aspectos mais interacionais, subjetivos e dialogais.

Desse modo, Rabatel (2016; 2021) aprofunda a noção de responsabilidade enunciativa ao introduzir a ideia de que o locutor/enunciador não apenas organiza o discurso, mas também distribui, seleciona e hierarquiza os PDV apresentados pelos enunciadores que convoca. Para ele, é fundamental compreender como os PDV são construídos, mediados e assumidos pelo locutor/enunciador. O linguista francês enfatiza que o locutor possui um papel ativo na gestão desses PDV, considerando não apenas a multiplicidade de vozes, mas também como essas vozes dialogam e são (des)valorizadas no discurso. Além disso, Rabatel (2016; 2021) explora mais profundamente a dimensão ética e argumentativa do discurso, ao analisar como o locutor posiciona os enunciadores em relação a valores, crenças e estratégias de persuasão, indo além da simples descrição formal das relações entre locutores e enunciadores. Logo, sua abordagem enunciativa e interacionista da narrativa confere maior importância ao contexto, às intenções comunicativas e aos efeitos pragmáticos do discurso.

Ter um PDV é, grosso modo, assumir uma posição sobre determinado objeto, mesmo que essa possa estar velada na materialidade do enunciado. De fato, o PDV pode ser diretamente explicitado pelo locutor/enunciador, como geralmente ocorre em textos de visada argumentativa,

que explicitam uma tese (PDV principal) e arregimentam outros PDV (argumentos, dados) para sustentá-la; ou podem ser percebidos de maneira mais indireta, revelados, por exemplo, pelas escolhas linguísticas operadas, pelas estratégias referenciais adotadas na construção dos objetos de discurso, pela maneira como o texto é configurado, pelas estratégias multissemióticas empregadas etc. O objeto percebido pode ser uma pessoa, uma personagem, uma situação, um tema, uma noção ou um acontecimento (Rabatel, 2016) que é pauta de determinada enunciação. Dizemos que esse objeto é sempre um objeto de discurso, no sentido de que ele e o PDV sobre ele são construídos no texto que se produz a partir de uma constante negociação do locutor com os seus possíveis interlocutores.

Nessa perspectiva, Rabatel (2016) afirma que o PDV “é uma problemática ‘transversal’, apoiando-se em formas de expressão linguística variadas, aparecendo em todos os tipos de texto e em inúmeros gêneros do discurso” (p. 49). Na verdade, embora Rabatel (2016; 2021) realize seus estudos principalmente com base em textos prototipicamente narrativos, especialmente a partir de gêneros das esferas religiosa, política e jornalístico-midiática, o autor deixa claro que pontos de vista são encontrados em todos os textos, seja de maneira explícita ou não – afinal, uma de suas intenções é mostrar que sempre argumentamos, ainda que, em alguns momentos, não pareça, isto é, quando há uma argumentação indireta. Daí seu caráter transversal, pois o PDV não se restringe a uma área, tipo de texto ou gênero do discurso específico.

Sendo assim, podemos identificar PDV em textos de gêneros como notícias, reportagens, anúncios, relatórios, verbetes, aulas, seminários, *posts*, debates, artigos de opinião e redações do Enem. Igualmente, em todos eles, é possível identificar algum grau de argumentatividade¹², porque a própria inscrição de um PDV revela não só a percepção de um locutor/enunciador, mas também exerce algum tipo de influência sobre a posição, a percepção, os modos de ver e de pensar o mundo de outrem (Amossy, 2008; 2011; 2020).

Para Custódio Filho e Cavalcante (2023), o PDV é um elemento indispensável nos textos, pois ele constitui parte importante da trama argumentativa, seja ela estabelecida de maneira direta ou indireta. Isso porque é a partir da mobilização e hierarquização de PDV que “um locutor pode estabelecer a articulação desejada para os sentidos que pretende gerar, e o interlocutor, buscando ‘alcançar as percepções’ do locutor, interagir com este, negociando esses sentidos e instaurando coerência” (p. 380). Conforme Sousa (2022, p. 27), a maneira como os pontos de vista são distribuídos em um texto é também relevadora da trama argumentativa:

Para que um PdV seja considerado superior hierarquicamente, é necessário que L1/E1 se engaje em relação ao conteúdo imputado ao enunciador que está na fonte desse PdV. Quando L1/E1 não se contenta em relatar, mas assume com veemência o PdV imputado ou cita frequentemente um determinado e2, essa atitude pode ser sinal da importância que é dada ao referido e2 e da posição que ele assume diante de enunciadores secundários, que não gozam de tanta relevância no projeto de dizer do locutor primeiro.

Por isso, na análise/interpretação de um texto, é significativo identificar um PDV central, uma vez que, a partir dele, é possível perceber e hierarquizar outros PDV e outros enunciadores. Quando o L1/E1 utiliza o PDV de um e2, geralmente o faz para reforçar ou refutar o seu próprio PDV, que é reflexo de seus conhecimentos, de suas vivências, de seus princípios, valores e de suas interações. Ademais, se L1/E1 adota um PDV de um e2 como uma espécie de “adoção

¹² Ainda que os termos argumentatividade e argumentação estejam essencialmente vinculados, sob a perspectiva dialogal da linguagem, eles são distinguidos: a *argumentatividade* diz mais respeito à orientação do sentido no enunciado, com marcas que direcionam a interpretação, mesmo sem confronto explícito; já a *argumentação* envolve interação efetiva entre pontos de vista opostos, com a mobilização de argumentos em uma situação de confronto discursivo.

terminante”, isto é, utilizando-o de maneira integral durante todo o seu projeto de dizer, é um indício de que tal PDV ocupa um lugar considerável na formulação de seu próprio PDV.

Nesse sentido, o PDV atua diretamente no esquema argumentativo, sustentando a argumentação do texto, tenha ele apenas dimensão ou também seja acarretado de uma visada argumentativa (Cavalcante *et al.*, 2022). Em consonância com Amossy (2008; 2011; 2020), Cavalcante *et al.* (2022) postulam que, quando não possui uma visada argumentativa, isto é, uma intenção explícita de persuadir o outro, todo texto possui uma dimensão argumentativa, porque há sempre uma tentativa de influência, reveladora de um grau maior ou menor de argumentatividade. Portanto, a argumentação não se restringe aos textos que visam convencer um auditório sobre uma determinada tese, mas é constitutiva de todo e qualquer texto.

Parece ser nessa direção que Rabatel (2016) pontua que, juntos, os PDV participam da construção de uma subjetividade, oculta ou não, e de julgamentos de valores, disfarçados ou não: “Os PDV têm, frequentemente, isso em comum – eles mascaram a origem enunciativa e a natureza profunda do ato de linguagem emitido para exercer mais seguramente uma influência sobre o leitor, adormecendo seu senso crítico” (p. 164). É por essa razão que a mobilização de PDV atua como uma estratégia argumentativa, ainda que, muitas vezes, velada, por meio da qual se exerce algum tipo de influência sobre o interlocutor.

Assim, o PDV não precisa estar necessariamente explícito para que julgamentos de valores do L1/E1, l2/e2 ou de e2 sejam percebidos (Rabatel, 2016). É aqui que Rabatel (2016; 2021) traz a noção de referenciação como processo textual-discursivo que proporciona a percepção de tais julgamentos de valores. Ela pode ser percebida de várias maneiras, incluindo o uso de pronomes, nomes próprios, descrições, demonstrativos e outros recursos linguísticos ou de outras semioses, permitindo que os interlocutores identifiquem a quem ou ao que se está fazendo referência.

De acordo com Cavalcante *et al.* (2022), a referenciação é um dos critérios mais centrais e significativos da Linguística Textual, porque ele se relaciona com os outros critérios analíticos do texto, pelo que estamos sempre recorrendo à noção de referente. Ainda conforme os autores, os referentes (ou objetos) são tudo aquilo de que se trata no texto, isto é, são os elementos que são tematizados ou que se relacionam direta ou indiretamente com o que é focalizado no texto. É por meio dos processos referenciais que o locutor/enunciador inscreve seu PDV e também os PDV de outros enunciadoreis. Logo, a identificação de um PDV perpassa pelo reconhecimento dos processos referenciais mobilizados pelo locutor.

Com isso, podemos dizer que, em Rabatel (2016), o PDV atua explicitando o funcionamento da argumentação nos textos. O autor defende que o modo como os PDV são construídos e apresentados em uma narrativa pode ser uma estratégia poderosa de argumentação, ainda que esta não seja explicitamente declarada como tal. Em outras palavras, uma narrativa pode influenciar o leitor de maneira tão eficaz quanto uma argumentação deliberada. Isso ocorre porque, ao narrar uma história ou apresentar eventos sob determinados PDV, o narrador frequentemente sugere ou insinua valores, crenças ou julgamentos que o leitor absorve sem perceber que está sendo levado a concordar com uma posição específica. Assim, a narrativa opera como uma forma sutil, mas poderosa, de argumentação. Nessa linha, pressupomos que, em muitas situações, narrar um determinado fato é uma estratégia para que a argumentação melhor se concretize, o que demonstra uma relação entre os PDV (de outras vozes, por exemplo) e a argumentação.

Amossy (2008, p. 232), a partir do desenvolvimento de uma abordagem da argumentação no discurso, compreende que “toda troca verbal apoia-se num jogo de influências mútuas e sobre a tentativa, mais ou menos consciente, de usar a ‘fala’ para agir sobre o outro”. Em vista disso, a argumentação não pode ser definida apenas pelos discursos em que, de maneira convicta e intencional, o orador busca convencer o interlocutor sobre a tese que é adotada por ele, particularidade dos textos de visada argumentativa, ou seja, aqueles que possuem macroestrutura argumentativa, como a redação do Enem, o artigo de opinião, o debate, a carta argumentativa e o discurso político. Intencionalmente ou não, ao interagir com o outro, o orador sempre

argumentará, exercendo maior ou menor grau de influência no interlocutor, pois o uso da linguagem implica escolhas que comunicam uma determinada visão de mundo.

Na mesma direção que Amossy (2008; 2011; 2020), Rabatel (2016; 2021) assume que em todo texto há PDV, porque a argumentação está presente em todos os textos: aqueles que são de macroestrutura argumentativa possuem uma argumentação direta e aqueles que não são possuem uma argumentação indireta. Assim, esses PDV não são apenas o do locutor/enunciador principal de uma enunciação, mas, também, de outras vozes presentes no discurso. É aí que podemos, em consonância com Cavalcante *et al.* (2022), apontar a diferença entre tese e PDV. A tese é característica de textos que exigem a defesa explícita de uma opinião (termo popular). O PDV, por sua vez, está presente em todos os textos, dado que, o locutor/enunciador possui sempre uma perspectiva, mesmo que não tenha sempre a intenção de convencer o outro sobre esta, embora estabeleça influência sobre ele.

Nesse sentido, adotamos a seguinte compreensão: textos de visada argumentativa como a redação nota mil do Enem – nosso objeto de estudo – apresentam, entre outros aspectos, tese e PDV: a tese e o PDV do L1/E1, que convergem, e PDV de outras instâncias que manifestam opiniões diretas ou não. Esses PDV têm um funcionamento argumentativo¹³ no texto do Enem, ou seja, acabam constituindo as estratégias argumentativas para a defesa do PDV do texto.

Desde a Nova Retórica (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014) se percebeu a existência de várias técnicas utilizadas por oradores para persuadir seus auditórios. Ao conjunto dessas técnicas chamamos de estratégias argumentativas ou tipos de argumentos. De acordo com Fiorin (2023, p. 122), “os argumentos são razões contra determinada tese ou a favor dela, com vistas a persuadir o outro de que ela é justa ou injusta, moral ou imoral, benéfica ou prejudicial, etc.”. Logo, um argumento é um enunciado articulado de dados ou opiniões com o objetivo de fundamentar uma determinada tese, podendo persuadir (de forma velada ou não) um público. Isso implica dizer que no argumento há, ao menos, um PDV (já que é sempre de um enunciador), que, muitas vezes, pode ser acarretado de evidências, definições, causas, fatos, comparações e exemplos, dessa forma, ocasionando um efeito argumentativo e, mesmo de maneira indireta, apoiando uma posição.

4 Metodologia

Com o objetivo de investigar o funcionamento argumentativo do ponto de vista em redações nota mil do Enem – edição 2021, a pesquisa apresentada neste artigo é caracterizada como um estudo qualitativo documental, de objetivo descritivo-interpretativista e de natureza aplicada (Gil, 2002; Paiva, 2019), uma vez que a reflexão proposta é fundada mediante um olhar interpretativo dos dados obtidos em redações nota mil do Enem, encontradas em um documento publicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), configurando, assim, a análise de documentos.

Em vista disso, direcionamos nossas análises para as redações, buscando observar como os PDV podem se materializar nesses textos, percebendo possíveis influências no funcionamento argumentativo da redação, no PDV do L1/E1, o participante; afinal, a cartilha do participante, mesmo que de forma indireta, já estabelece que a não inserção do conhecimento sociocultural (competência II) – que configura argumentos e apresenta PDV – torna o texto do Enem carente de argumentatividade. Por essa razão, é fundamental saber selecionar, organizar, relacionar e interpretar (competência III) o repertório de argumentos.

Para alcançar o nosso objetivo, consideramos, sobretudo, a *referenciação*, dado que o PDV está ligado a um *dictum*, ou seja, aos elementos dêiticos e referenciais que o denotam. Com efeito, tendo a **referenciação** como categoria principal de análise, as subcategorias utilizadas para explorar

¹³ Entendemos por funcionamento argumentativo a função argumentativa ocupada/desempenhada pelo gerenciamento de determinada expressão, voz ou posicionamento em uma dada situação.

o nosso objetivo foram duas: **locutor** e **enunciador**. Essas categorias tornaram possível, a partir das marcas textuais e enunciativas (conectivos, elementos de referência, modalizadores, pessoa do discurso, discurso direto e indireto, e citação de dados e fatos), identificar os pontos de vista presentes no texto, refletir sobre a responsabilidade enunciativa e, assim, perceber o seu funcionamento argumentativo.

Nesse sentido, nos quadros 2 e 3, apresentamos as duas redações analisadas nesse estudo, selecionadas a partir de um sorteio simples e codificadas como “Texto 01” e “Texto 02”.

Quadro 2 – Texto 01

Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade. Nesse viés, a fim do efetivo asseguramento da cidadania de seus indivíduos, o corpo estatal exige a materialização do existir de seus cidadãos mediante documentos oficiais, os quais proporcionam o acesso a prerrogativas e serviços que lhes cabem aos indivíduos registrados. No entanto, não raras são as ocasiões em que não há tais registros, o que levanta debates acerca da importância dos documentos civis e da devida regularização dos cidadãos à garantia de acesso à cidadania plena e, portanto, à visibilidade, no Brasil, embasados, sobretudo, na oportunidade de indivíduos alijados à sociedade ascenderem de condições de vida, somada à possibilidade de estes construírem ser verdadeiro “eu”. Tendo isso em vista, o Estado deve agir visando à facilitação e à democratização de tal processo civil.

De início, é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social. Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade. Nesse contexto, pessoas em uma posição inferior de pirâmide social têm seus direitos renegados, em uma estrutura baseada no capital, restando ao Estado o dever de, ainda que parcialmente, complementar a iniciativa privada na oferta de serviços e de prerrogativas mercantilizadas, em busca de uma conjuntura de maior equidade social. Dessa forma, o registro civil, ao estabelecer a conexão indivíduo-poder público, permite que este atue de forma localizada e eficiente sobre comunidades ou cidadãos, com o fito de promover sua ascensão social, tendo o documento papel primordial nesse intermédio.

Além disso, já em um âmbito existencialista, a regularização do indivíduo, ao materializar sua existência, fornece um importante amparo na síntese de seu verdadeiro “eu”. Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana. Nessa perspectiva, o fato de existir é imprescindível para que o cidadão, em seu íntimo, seja capaz de, ao longo de sua vivência, sintetizar quem ele realmente é, com toda a liberdade intrínseca a sua existência. Desse modo, o registro civil de uma família, por exemplo, permitirá que esta, sob um regime de supervisão e auxílio do Estado, seja atriz de sua própria história, definindo a essência de cada um de seus membros e sintetizando, de forma ativa, seu legado a gerações futuras, tornando-se mais visíveis a elas, ao corpo estatal e à sociedade como um todo, o que ressalta sua cidadania.

Portanto, em vista dos benefícios inerentes ao registro civil e sua facilitação, no que se refere à cidadania, faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos, por meio da construção de centros de registro e cartórios em zonas periféricas ou interiores, os quais disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos. A finalidade de tal ação é ampliar e garantir o acesso à cidadania plena no Brasil, já que esta só pode ser integralmente alcançada, na maioria dos casos, com, no mínimo, a certidão de nascimento, justamente por informar o poder público a respeito de sua existência como cidadão. Somente assim, poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, universalizando prerrogativas e fazendo da sociedade uma instituição harmoniosa e, em seu conjunto, cidadã.

Fonte: (Brasil, 2023).

Quadro 3 – Texto 02

A cidadania, no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos homens aristocratas, maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período. Diferentemente dessa conjuntura, a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil aos indivíduos nascidos em território nacional, de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento. Nesse contexto, convém apresentar que, em virtude da ausência dessa documentação,

diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país.

Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da parcela da população brasileira, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao procedimento de registro civil. Sob esse viés, destaca-se que, segundo relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil é o sétimo país mais desigual do mundo, condição que implica a existência de indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas, as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas a essas pessoas. A essa linha de raciocínio, os limitantes recursos financeiros podem impossibilitar o deslocamento desses indivíduos até os cartórios, devido aos custos com transporte e, por conseguinte, impedir a realização do registro. Assim, a acentuada desigualdade social da nação dificulta a promoção da documentação pessoal, especialmente, para as classes sociais menos abastadas.

Além disso, é importante relacionar a falta de documentos de nascimento com o sentimento de invisibilidade desenvolvido pelos indivíduos sem registro, tendo em vista a privação dos direitos sociais, civis e políticos desencadeada pela problemática discutida. Sob essa óptica, somente a partir da certidão de nascimento, pode-se emitir as carteiras de identidade e de trabalho, bem como o título de eleitor e o cadastro de pessoa física. Nesse sentido, o acesso aos programas do governo, a exemplo do auxílio emergencial – assistência financeira concedida durante a pandemia da Covid-19 –, à seguridade social e ao exercício do voto dependem, diretamente, da existência do registro civil. Portanto, a ausência da documentação formal torna parte da população invisível socialmente, já que essas pessoas não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Diante do exposto, conclui-se que o registro civil é um aspecto intrínseco à cidadania no Brasil. Por isso, o Governo Federal deverá propiciar a acessibilidade das populações mais carentes, que sofrem com a falta de acesso à documentação, a esse tipo de serviço, por meio da articulação de unidades móveis para os cartórios do país. No que tange a esse aspecto, os veículos adaptados transportarão os funcionários dos órgãos de registros até as áreas de menor renda “per capita” de seus respectivos municípios, um dia por semana, com o intuito de realizar o procedimento formal de emissão dos documentos de nascimento dos grupos sociais menos favorecidos economicamente. Desse modo, um maior número de brasileiros acessará, efetivamente, a condição de cidadão.

Fonte: (Brasil, 2023).

As escolhas metodológicas adotadas ao longo deste estudo permitiram uma análise detalhada das produções textuais selecionadas e acima apresentadas, priorizando a identificação dos PDV e a função argumentativa por cada um deles assumida. Essa abordagem possibilitou uma reflexão consistente sobre os aspectos que fundamentam as construções argumentativas e enunciativas nos textos analisados.

5 Ponto de vista e funcionamento argumentativo: análises

Objetivando investigar o funcionamento argumentativo do ponto de vista em redações nota mil do Enem – edição 2021, inicialmente, realizamos a identificação e descrição dos PDV inscritos nas redações. Nesse contexto, apresentamos, para cada um dos textos do *corpus*, um quadro com as instâncias locutivas/enunciativas, as figuras (vozes) que representam essas instâncias e os recortes de trechos em que os PDV podem ser percebidos. Tendo a **referenciação** como categoria principal de análise, as subcategorias que nos permitiram realizar a identificação foram **locutor** e **enunciador**, que são, especialmente, evidenciadas a partir de diferentes marcas textuais e enunciativas, como já mencionado na seção metodológica deste artigo.

No Texto 01, além do L1/E1, identificamos a presença de três locutores/enunciadores secundários e de outros quatro enunciadores. O Quadro 4 identifica esses enunciadores e os trechos da redação nos quais estão inscritos seus PDV.

Quadro 4 – Pontos de vista inscritos no texto 01

Locutores/enunciadores	Figura	PDV
L1/E1	Voz do autor do texto	“[...] é notório o caráter indispensável do registro civil na promoção da cidadania, em especial, de indivíduos à margem da sociedade e da atuação do poder público, possibilitando sua ascensão social”.

12/e2	Filósofa Nancy Fraser	“Para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, o conceito de justiça social funde-se em duas frentes, sendo uma delas a do reconhecimento, referente à existência e à visibilidade de um determinado grupo ou indivíduo perante o poder público e a sociedade”.
13/e3	Geógrafo Milton Santos	“Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade”.
14/e4	Filósofo Jean-Paul Sartre	“Conforme o filósofo Jean-Paul Sartre, o homem é dotado de liberdade para construir sua essência, mediante tomadas de decisões, porém apenas quando sobre ela precede a existência humana”.
e5	Estado	“[...] faz-se necessário que o Estado, através de parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal, democratize a retirada de documentos cidadãos [...]”.
e6	Constituição	“[...] embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, [...]”.
e7	Cidadãos invisibilizados	“[...] poder-se-á construir um cenário de justiça social e de reconhecimento igualitário dos indivíduos perante o corpo social e estatal, [...]”.
e8	Indivíduos de baixa renda	“[...] disponibilizem atendimento integral e direcionado a indivíduos de baixa renda que não tiveram a oportunidade de reivindicar seus documentos”.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se percebe no Quadro 4, L1/E1 dá voz a outros três locutores secundários (12/e2, 13/e3 e 14/e4): os filósofos Nancy Fraser e Jean-Paul Sartre e o geógrafo Milton Santos, respectivamente. Esse gerenciamento acaba se configurando como um discurso de autoridade (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014), validando a argumentatividade do texto a partir da credibilidade conferida por meio das relações intertextuais estabelecidas. Além disso, o Estado, a Constituição Federal, os cidadãos invisibilizados e os indivíduos de baixa renda são inscritos no texto como uma espécie de enunciadores coletivos. Tais enunciadores, como a própria denominação evidencia, refletem as vozes de grupos sociais, isto é, representam uma pluralidade de PDV, permitindo, sobretudo, um discurso socialmente representativo.

Emaranhado aos PDV de todas essas instâncias mobilizadas, L1/E1 expressa o seu próprio PDV, isto é, o PDV principal do texto – a tese: para que os indivíduos que estão às margens da sociedade e do poder público sejam percebidos e, portanto, deixem de ser invisíveis, o registro civil será indispensável. A tese do participante é comprovada a partir da significativa seleção e organização dos PDV presentes no texto, mas, principalmente, do pertinente diálogo estabelecido entre eles.

Os PDV identificados no Texto 02 são apresentados no Quadro 6, marcado pela presença de três locutores/enunciadores (incluindo L1/E1) e seis enunciadores secundários.

Quadro 5 – Pontos de vista inscritos no texto 02

Locutores/enunciadores	Figura	PDV
L1/E1	Voz do autor do texto	“[...] em virtude da ausência dessa documentação, diversas pessoas passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal e, com isso, são privadas da verdadeira cidadania no país”.
12/e2	Carta Magna do Estado Brasileiro	“[...] a Carta Magna do Estado brasileiro, vigente na contemporaneidade, concede o título de cidadão do Brasil

		aos <u>indivíduos nascidos em território nacional</u> , de modo que a oficialização dessa condição está atrelada ao registro formal de nascimento”.
13/e3	Relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	“[...], segundo <u>relatório de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</u> , o <u>Brasil</u> é o sétimo país mais desigual do mundo, [...]”.
e4	Homens aristocratas	“ <u>A cidadania</u> , no contexto relativo à Grécia Antiga, era restrita aos <u>homens aristocratas</u> , maiores de vinte e um anos, que participassem do sistema político de democracia direta do período”.
e5	Pessoas invisíveis	“[...], <u>diversas pessoas</u> passam a enfrentar um quadro de invisibilidade frente à estrutura estatal, [...]”.
e6	Parcela da população brasileira	“Acerca dessa lógica, é necessário pontuar a dificuldade da <u>parcela da população brasileira</u> , em situação de vulnerabilidade socioeconômica, no acesso ao <u>procedimento de registro civil</u> ”.
e7	Tupiniquins	“[...], condição que implica a existência de <u>indivíduos tupiniquins detentores de rendas extremamente baixas</u> , as quais, muitas vezes, não são suficientes para fornecer condições de vida dignas <u>a essas pessoas</u> .”
e8	Estado democrático	“[...], já que <u>essas pessoas</u> não podem beneficiar-se dos serviços e das garantias do <u>Estado Democrático de Direito brasileiro</u> ”.
e9	Governo Federal	“Por isso, o <u>Governo Federal</u> deverá propiciar a acessibilidade das <u>populações mais carentes</u> , [...]”.

Fonte: Elaboração própria.

A Carta Magna e o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foram mobilizados por L1/E1 como locutores/enunciadores, visto que a responsabilidade pelo dizer é a eles atribuída. Ao gerenciar a Carta Magna, L1/E1 busca deixar evidente o que a lei suprema brasileira adota como um cidadão: um indivíduo natural do país, devendo ter o registro civil como um documento comprobatório disso. Tal mobilização funciona como um argumento de autoridade, pois o documento é utilizado como uma referência sólida para atribuir força ao argumento – tendo em vista que é o alicerce jurídico e político da nação –, abordando a organização estatal, os direitos e princípios fundamentais. Desse modo, a Carta Magna configura um texto importante para embasar discussões não só relacionadas ao tema do registro civil, mas a quaisquer outros temas sociais.

De maneira análoga, o Relatório de 2019 do PNUD também é utilizado para dar sustentação à tese como um argumento de autoridade, dado que ele oferece dados e análises que orientam políticas públicas e ações destinadas a promover um desenvolvimento humano mais equitativo e sustentável, se configurando como uma referência global para governos e organizações internacionais. Assim sendo, L1/E1 gerencia o relatório do PNUD como uma forma de comprovar que o Brasil é o sétimo país do mundo com maior índice de desigualdade, afirmando que essa pode ser uma razão para que os *Tupiniquins* não tenham o registro civil, já que, muitas vezes, não possuem nem as condições financeiras e sociais básicas para atuar socialmente, impedindo o acesso à cartórios e, talvez, à informação.

Além deles, há, no texto, o PDV dos homens aristocratas (exemplo histórico para sustentar o argumento), das pessoas invisibilizadas na sociedade (mencionadas para a manutenção temática, afinal, a discussão que os participantes deveriam realizar teve como elemento central esses indivíduos), da parcela da população brasileira em vulnerabilidade (que envolve os principais invisibilizados, sustentando, assim, uma argumentação através do exemplo), dos *Tupiniquins* – grupo de indígenas pertencente à nação Tupi (atuando como um exemplo para a argumentatividade do texto, já que não é sobre eles que recai o foco da discussão do texto 02 e do tema da proposta da

redação)–, do Estado democrático e do Governo Federal (autoridades). Todos esses são enunciadores, fontes de percepções, embora tais modos de perceber estejam, muitas vezes, implícitos no texto e coenunciados com o próprio ponto de vista de L1/E1. Na redação, L1/E1 assume como sua tese o posicionamento de que é devido à falta de documentação que muitos indivíduos são privados de seus direitos.

Dessarte, compreendemos que, no texto nota mil do Enem, cada L1/E1 gerencia PDV diversos. Isso é feito como forma de atender, sobretudo, a um requisito do gênero: “*selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*”, exigência da competência III (Brasil, 2022), que analisa a capacidade do participante administrar o conjunto de informações, fatos, opiniões e argumentos em seu texto para defender um determinado ponto de vista central (a tese). Esses PDV foram percebidos a partir dos tipos de representação da fala, especialmente, das marcas dos discursos direto e indireto; das indicações de quadros mediadores (marcadores) e dos referentes. Além disso, o co(n)texto se tornou indispensável para que a identificação dos PDV pudesse ser realizada.

Vejamos o Quadro 7, que recupera um trecho da redação codificada como “Texto 01”:

Quadro 6 – Exemplo 02

“Segundo o geógrafo Milton Santos, o Brasil vive um cenário de cidadanias mutiladas, em que, embora a Constituição preveja, de forma universal e indistinta, o acesso a prerrogativas, estas não são efetivamente consubstanciadas na prática, engendrando disparidades sociais baseadas, principalmente, no poder econômico dos membros da sociedade”.

Fonte: Adaptado da *Cartilha do participante da redação do Enem 2022*.

No exemplo, L1/E1 faz o gerenciamento do locutor/enunciador secundário geógrafo Milton Santos – movimento realizado de forma explícita, demarcado pelo conectivo de conformidade “segundo”, que introduz o PDV alheio a partir de um discurso citado indireto. Ainda que se construa uma paráfrase do dizer do outro, não há dificuldade em perceber que a atribuição da responsabilidade pelo conteúdo da proposição recai sobre o l2/e2.

No mesmo trecho, há também um PDV implícito: o da Constituição Federal, que é a lei suprema de toda a nação brasileira, apresentada no texto como aquela que garante os direitos aos cidadãos. Tal PDV só pode ser identificado através da referência e do co(n)texto: o geógrafo faz referência à Constituição, o que acaba sendo mobilizado, de forma consciente, também pelo L1/E1, já que, assim, o participante faz uso de dois repertórios socioculturais – exigência da competência II.

Há a presença de outros PDV implícitos no texto. Para captar essas ocorrências, é necessária uma predisposição e atenção do analista. No texto 02, por exemplo, além da Carta Magna do Estado brasileiro e do relatório de 2019 do PNUD (l2/e2 e l3/e3), há os PDV dos homens aristocratas (o PDV daqueles que têm poder e privilégios), das pessoas que são invisibilizadas na sociedade (o PDV dos sujeitos que não são tidos como cidadãos, devido à falta dos documentos oficiais), da parcela de população brasileira em vulnerabilidade (o PDV daqueles que são os principais atingidos pelo problema discutido no texto), dos *Tupiniquins* (o PDV de uma classe desvalorizada que sobrevive às condições péssimas de vida que lhe são ofertadas), do Estado democrático (o PDV daquele que garante, em teoria, os direitos do cidadão) e do Governo Federal (o PDV daquele que tem o dever de apresentar melhorias para a população brasileira). Esses PDV foram percebidos a partir da referência, pois eles pertencem aos referentes gerenciados no texto.

Todos esses PDV bem se adequam ao gênero redação do Enem, porque acabam contribuindo positivamente para a formulação de argumentos que enriquecem o desenvolvimento do texto prototipicamente argumentativo, necessários para uma abordagem crítica e bem fundamentada do tema proposto. A Constituição Federal, por exemplo, é a lei que “assegura”, de fato, os direitos de todas as classes e, tendo em vista que a redação do Enem trata sempre de um problema social, o gerenciamento dessa figura contribui no atendimento do objetivo da produção

textual – defender um posicionamento acerca de um tema social, político, histórico e cultural –, seja quando mobilizada como locutor/enunciador secundário, seja quando gerenciada somente como enunciador. Esse PDV revela, sobretudo, um conhecimento sociocultural, já que ambos os candidatos, os retomam no decorrer da escrita.

O PDV dos “invisibilizados” deveria, necessariamente, estar presente nas redações, mesmo que através do discurso indireto, como ocorreu nos textos analisados. Afinal, tais indivíduos eram a pauta da discussão, uma vez que os participantes do Enem deveriam problematizar sobre “invisibilidade e registro civil”. A ausência do PDV desses indivíduos implicaria, diretamente, no desenvolvimento da argumentação, resultando em fuga ao tema. Nessa direção, já se espera, também, que o PDV dos “indivíduos de baixa renda” esteja inscrito em algumas dessas redações, tendo em vista que as principais vítimas dessa exclusão social – a invisibilidade – são esses sujeitos.

Finalmente, identificamos que o PDV do “Governo Federal” sempre foi mobilizado com o intuito de demonstrar que é de responsabilidade dessa instância buscar, propiciar e assegurar boas condições de vida aos indivíduos. A presença desse enunciador é percebida e compreendida, porque as próprias propostas de intervenção dos candidatos, de forma direta ou indireta, apontam a responsabilidade para o governo.

Além disso, é necessário destacar uma questão relevante para a discussão, especificamente, no que se refere à construção da argumentação na redação do Enem. Concordamos com Fernandes (2020, p. 183) quando afirma que “a defesa do ponto de vista está relacionada a uma projeção previamente estabelecida pela banca examinadora a respeito dos caminhos argumentativos aos quais os candidatos/autores podem/devem direcionar a produção dos seus textos”. Assim, o Inep também é um enunciador, porque através dos fatores textuais e discursivos da proposta de redação, há uma voz projetada por ele que age conduzindo argumentativamente as escolhas do participante. Logo, os textos motivadores e o próprio enunciado da proposta influenciam na adoção de uma tese e nas tomadas de posição do autor.

Diante desse cenário, compreendemos que, nas redações, os PDV se materializam através da utilização de determinadas figuras/personas – filmes, séries, obras e especialistas em um determinado conceito utilizado pelo participante – o que está diretamente relacionado à competência II, que exige a mobilização de um repertório sociocultural para a comprovação de um determinado PDV (Brasil, 2022; 2023). Além disso, é possível captar, através do contexto e da referência, o PDV implícito de outras instâncias, como é o caso do PDV dos “invisibilizados”, presente em todas as redações nota mil apresentadas pela cartilha de 2022.

Considerações finais

Neste artigo, objetivamos investigar o funcionamento argumentativo do ponto de vista em redações nota mil do Enem da edição de 2021. Observamos que, na redação nota mil do Enem, L1/E1 gerencia PDV de outros locutores (que também são enunciadores) e enunciadores secundários. Ao analisar os textos, verificamos que os PDV mais explícitos são vozes que possuem responsabilidade de figuras como cientistas, geógrafos, historiadores, filósofos, sociólogos, obras literárias e seus personagens, e outras instâncias que são apresentadas no texto através da narração ou asserção, e que, portanto, possuem um determinado turno de fala no texto. Esses PDV são trazidos através do discurso direto, seja mediante uma citação direta, paráfrase ou uma ideia que é explanada para dar sustentação à tese adotada, sempre fazendo referência à essa determinada instância.

Além disso, há PDV presentes no texto que são representados, isto é, trazidos de forma empática para melhor abordar a temática determinada pelo Inep. O PDV dos indivíduos invisibilizados, por exemplo, está presente em todos os textos analisados, uma vez que o tema da proposta de redação gira em torno desse enunciador. Entretanto, essa figura não tem um momento

explícito de fala, uma vez que é apenas mencionado no texto e seu PDV pode não ser facilmente detectado.

Na redação do Enem, o Inep também se configura como um enunciador, porque ele tem uma voz que está instaurada em todos os textos, considerando que estipula parâmetros textuais e discursivos, a começar pelo próprio tema apresentado pela proposta de redação. Isso nos faz remeter ao que pontuou Fernandes (2020) sobre haver um regime enunciativo presente na prova, porque o próprio exame age influenciando o participante a adotar um PDV com base no que é esperado, ou seja, o Inep tem uma parcela de responsabilidade na tese adotada pelo L1/E1.

Em resumo, o gerenciamento de PDV é fundamental para o desenvolvimento da argumentação no texto. É pela maneira como hierarquiza e organiza os PDV que o L1/E1 conseguirá suporte para a comprovação da tese – isto é, do PDV central – e validar a posição adotada por ele no texto. É sabido o quanto é importante que o texto do Enem seja convincente e bem fundamentado, por conseguinte, a mobilização dos PDV contribui para que isso possa acontecer de modo satisfatório.

É crucial que outros estudos acerca do PDV sejam produzidos. Um caminho possível é investigar como trabalhar com o fenômeno PDV em sala de aula, nos mais diversos gêneros do discurso, buscando caminhos para que o aluno tenha domínio sobre o seu gerenciamento, ampliando o trabalho com a argumentação nas aulas de Língua Portuguesa.

Referências

AMOSSY, Ruth. A argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação (EID&A)*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2020.

AMOSSY, Ruth. As modalidades argumentativas do discurso. In: LARA, G.; MACHADO, I.; EMEDIATO, W. (Orgs.). *Análises do discurso hoje*. v. 01. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 231-254.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do ENEM 2022: Cartilha do participante*. Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/cartilha_do_participante_enem_2022.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do ENEM 2023: Cartilha do participante*. Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_basica/a_redacao_no_enem_2023_cartilha_do_participante.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; et al. *Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes, 2022.

CAVALCANTE, Francisco Mailson de Lima. *Ponto de vista e voz autoral em redações nota mil no Exame Nacional do Ensino Médio: uma abordagem textual*. 138 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-

Graduação em Ensino (POSENSINO) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2024.

CAVALCANTE, Francisco Mailson de Lima; SILVA, Ananias Agostinho. A redação do Enem: um estado do conhecimento. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 23, n. 2, p. 51-70, 13 out. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick. Por uma interdisciplinaridade “focalizada” nas ciências humanas e sociais. In: MACHADO, Ida; COURA-SOBRINHO, Jerônimo; MENDES, Emília (orgs.). *A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem*. Belo Horizonte: NETII FALE/UFMG, 2013. p. 17-51.

CUSTÓDIO-FILHO, Valdinar. CAVALCANTE, Mônica. Magalhães. Ponto de vista em Linguística Textual: efeitos argumentativos e aplicações no ensino de Língua Portuguesa. *Ensin@UFMS*, v. 4, n. 8, p. 379-403, 2023.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. *Polifonia y Argumentacion*. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análises del Discurso. Cali: Univerdidad del Valle, 1988.

FERNANDES, Luana Aparecida Matos Leal. *O funcionamento enunciativo da argumentação: a prova de redação do ENEM*. 196 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.

FIORIN, José Luís. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2023.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Neiva Maria Telbaldi. Argumentação linguística, enunciação e polifonia. *Letras de Hoje*, v. 51, n. 1, p. 65-72, 2016.

NASCIMENTO, Daliane Pereira do. *A responsabilidade enunciativa e a construção da dimensão argumentativa em sentenças judiciais relacionadas à pornografia de vingança*. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2021.

OLIVEIRA, Rafael Lima de; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. O texto e a tese. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação (EID&A)*, v. 24, n. 1, p. 107-123, 2024.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2019, 157 p. v. 1.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

RABATEL, Alain. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. São Paulo: Cortez, 2016.

RABATEL, Alain. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa* (volume 2). Natal, RN: Edufrn, 2021.

RODRIGUES, Maria das Graças Soares; PASSEGGI, Luís; SILVA-NETO, João Gomes da. Apresentação. In: RABATEL, Alain. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. São Paulo: Cortez, 2016, p. 11-13.

SILVA, Ananias Agostinho da; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Referenciação e valores em textos polêmicos. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação (EIDE&A)*, 22(1), 38-60, 2022.

SOUSA, Francisco. Diego. *Livre-arbítrio versus soberania divina: responsabilidade enunciativa e polêmica na obra nascido escravo, de Martinho Lutero*. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2022.

Submetido em 15/01/2025

Aceito em 27/06/2025